

© David Harvey, 2014  
© desta edição Boitempo, 2016  
Traduzido do original em inglês *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism* (Londres, Profile, 2014)

*Direção editorial* Ivana Jinkings  
*Edição* Bibiana Leme  
*Assistência editorial* Thaisa Burani  
*Tradução* Rogério Betroni  
*Revisão técnica* Pedro Paulo Zahluth Bastos  
*Preparação* Mariana Echalar  
*Revisão* Cristina Astolfi Carvalho  
*Coordenação de produção* Lívia Campos  
*Capa e diagramação* Antonio Kehl

*Equipe de apoio:* Allan Jones / Ana Yumi Kajiki / Artur Renzo / Eduardo Marques / Elaine Ramos / Giselle Porto / Isabella Marcarti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Leonardo Fabri / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Thais Barros / Tulio Candiotto

---

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H271d

Harvey, David. 1935-  
17 contradições e o fim do capitalismo / David Harvey ; tradução Rogério Bettoni. -  
1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

Tradução de: Seventeen Contradictions and the End of Capitalism  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7559-502-2

1. Crise econômica. 2. Crises financeiras. 3. Capitalismo. 4. Globalização - Aspectos econômicos. 5. História econômica - Século XXI. 6. Relações econômicas internacionais.  
I. Título ; Dezessete contradições e o fim do capitalismo.

16-33989

CDD: 332.62  
CDU: 336.76

---

É vedada a reprodução de qualquer  
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: setembro de 2016

BOITEMPO EDITORIAL  
Jinkings Editores Associados Ltda.  
Rua Pereira Leite, 373  
05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3875-7285  
editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br  
www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo  
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/rvboitempo

A John Davey,  
em reconhecimento aos seus sábios conselhos  
e ao seu apoio a quase tudo que já publiquei

o Vale do Silício. Embora dê o que pensar, o sucesso cheio de altos e baixos dessas políticas é um ótimo exemplo de como o capital se apodera de certas contradições, como aquela entre centralização e descentralização, ou entre monopólio e concorrência, usando-as em benefício próprio.

Quais são, então, as implicações políticas dessas descobertas para a política anticapitalista? Em primeiro lugar, devemos reconhecer que o capital tem tido êxito, em geral, na gestão das contradições entre monopólio e concorrência, assim como entre centralização e descentralização, para benefício próprio, mesmo que use as crises para isso. Está claro para mim que nenhuma ordem social alternativa será capaz de abolir essas contradições. O que interessa, portanto, é como lidar com elas. No entanto, devemos evitar pensar as oposições como unidades independentes em vez de contradições. É falso supor, por exemplo, que a descentralização é democrática e a centralização, não. Quando se persegue a quimera da pura descentralização (como querem fazer hoje algumas pessoas de esquerda), há uma forte possibilidade de que se abra caminho para um controle de monopólio centralizado oculto. Quando se persegue a outra quimera, a do controle centralizado racionalizado, outras pessoas de esquerda apontam para uma estagnação totalitária inaceitável. O capital chegou organicamente a certo equilíbrio e reequilíbrio das tendências de centralização monopolista e concorrência descentralizada através das crises que surgiram de seus desequilíbrios.

Ele também aprendeu uma lição de importância considerável. O capital muda a escala em que opera para localizar nela os poderes e influências que sejam mais vantajosos para a reprodução de seus próprios poderes. Na primeira metade do século XX, quando as cidades e os estados eram muito fortes nos Estados Unidos, o capital buscava apoio principalmente no nível federal, mas no fim da década de 1960, quando o governo federal se mostrou intervencionista demais e propenso à regulação, o capital passou gradualmente a apoiar os direitos dos estados, e hoje é neles que o Partido Republicano promove mais intensamente sua agenda pró-capitalista. Nesse aspecto, a esquerda anticapitalista tem muito que aprender com o capital, ao mesmo tempo que o combate. Curiosamente, grande parte da esquerda anticapitalista, em oposição à esquerda social-democrata, prefere agora travar sua guerra em microescala, na qual as formulações e soluções autonomistas e anarquistas são mais eficazes, deixando a macroescala quase sem poder de oposição. O temor da centralização e da monopolização é tão grande que paralisa a oposição anticapitalista. A relação dialética, porém contraditória, entre monopólio e concorrência não pode ser efetivamente mobilizada para a luta anticapitalista.

## CONTRADIÇÃO I I

### DESENVOLVIMENTOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS E PRODUÇÃO DE ESPAÇO

O capital se esforça para produzir uma paisagem geográfica favorável a sua própria reprodução e subsequente evolução. Não há nada de estranho ou antinatural nisso: afinal, se formigas fazem isso, se castores fazem isso, por que o capital não faria? Contudo, a paisagem geográfica do capitalismo é perpetuamente instável em razão das várias pressões técnicas, econômicas, sociais e políticas que operam num mundo de variações naturais extremamente mutáveis. O capital deve forçosamente se adaptar a esse mundo em constante evolução, mas também tem um papel fundamental em sua formação.

As contradições entre capital e trabalho, concorrência e monopólio, propriedade privada e Estado, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, pobreza e riqueza, assim como entre diferentes escalas de atividade, ganham amplitude e forma material na paisagem geográfica. Dentre todas essas forças, no entanto, temos de dar prioridade a uma combinação dos processos moleculares da acumulação infinita do capital no tempo e no espaço (fluxo e refluxo diário da atividade corporativa e empresarial competitiva envolvida na circulação e acumulação do capital) e à tentativa de organizar o espaço da paisagem de maneira sistemática por intermédio do exercício dos poderes estatais.

A paisagem geográfica construída pelo capital não é um produto passivo. Ela evolui segundo determinadas regras práticas que — como as que governam a evolução combinatória das tecnologias — têm uma lógica autônoma, porém contraditória. O modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação de capital quanto a maneira como se manifestam as contradições do capital e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo. A independência com que a paisagem geográfica evolui tem um papel fundamental na formação das crises. Sem o desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, há muito tempo o capital



já teria se ossificado e se tornado caótico. Esse é um meio crucial pelo qual o capital se reinventa periodicamente.

O capital e o Estado capitalista têm um papel fundamental na produção de espaços e lugares em que se realiza a atividade capitalista. É preciso muito capital para construir uma ferrovia, por exemplo. Se o propósito da ferrovia é ser rentável, então outros capitais devem utilizá-la, de preferência durante o tempo de investimento fixado. Se isso não acontece, a ferrovia vai à falência e o capital investido é perdido ou desvalorizado. Assim, o capital precisa utilizar a ferrovia, uma vez que a construiu. Mas por que o capital precisa de uma ferrovia?

Tempo é dinheiro para o capital. Atravessar espaços custa tempo e dinheiro. A economia do tempo e do dinheiro é a chave para a lucratividade. Cria-se um prêmio para inovações – técnicas, organizacionais e logísticas – que reduzem os custos e o tempo de deslocamento espacial. Produtores de novas tecnologias sabem bem disso e concentram boa parte de seu esforço autônomo para desenvolver novas maneiras de reduzir os custos ou o tempo de circulação do capital. As tecnologias que realizam esses objetivos controlam um mercado pronto. O que Marx chamava de “destruição do espaço pelo tempo” é um dos santos graais da atividade capitalista.

Há duas maneiras de reduzir tempo e custos. A primeira requer inovações contínuas em tecnologias de transporte e comunicação. A história dessas inovações sob o capitalismo (de canais a aviões a jato) é incrível. Os impactos, no entanto, dependem do tipo de capital em circulação. Dinheiro na forma de crédito voa instantaneamente pelo mundo, mas nem sempre foi assim. Nossa era é marcada pela grande mobilidade do capital monetário graças às tecnologias da informação. As mercadorias geralmente são menos móveis. Há uma enorme diferença, digamos, entre a transmissão ao vivo de uma partida de futebol na Copa do Mundo e o transporte de água engarrafada, vigas de aço, peças de mobília ou artigos perecíveis, como frutas frescas, tortas quentes, leite e pão. As mercadorias são variavelmente móveis de acordo com suas qualidades e sua transportabilidade. A produção, com algumas exceções (como o transporte em si), é a forma menos móvel de capital. Em geral, ela fica presa a algum lugar durante certo tempo (em alguns casos, como na construção naval, durante um tempo considerável). Mas as máquinas de costura usadas para a produção de camisas em confecções clandestinas são transportadas com mais facilidade do que uma usina siderúrgica ou uma fábrica de automóveis. As restrições de lugar no setor primário, como agricultura, silvicultura, mineração e pesca, são muito especiais por razões óbvias.

Os baixos custos de transporte e comunicação podem facilitar a dispersão e a descentralização da atividade por espaços geográficos cada vez mais amplos. A quase eliminação do tempo e dos custos de transporte como fator determinante para a decisão da localização permite que o capital explore diferentes oportunidades de lucro

em lugares extremamente díspares. As divisões de trabalho dentro de uma empresa podem ser descentralizadas para diferentes locais. A deslocalização produtiva se torna possível e o elemento de monopólio na concorrência é reduzido. As especializações regionais e as divisões do trabalho se acentuam, porque pequenas diferenças de custo (como impostos locais) se traduzem em mais lucro para o capital.

Novos padrões geográficos de produção costumam surgir de uma concorrência espacial acirrada, facilitada por meios de transporte e comunicação mais baratos e mais eficientes. Por exemplo, *startups* na Coreia do Sul – onde a produção de aço é muito mais barata por causa do baixo custo com mão de obra, do fácil acesso a mercados e matérias-primas etc. – afastam indústrias mais onerosas e menos eficientes em regiões mais antigas, como Pittsburgh e Sheffield. Na indústria automobilística, não foi apenas a introdução da concorrência estrangeira que destruiu Detroit: foi também o estabelecimento de novas fábricas no Tennessee e no Alabama, onde a mão de obra era mais barata e o poder sindical era mais fraco. No século XIX, os grãos mais baratos da América do Norte causaram sérios prejuízos aos interesses agrícolas do Reino Unido e da Europa, porque o advento das ferrovias e dos navios a vapor reduziu grandemente o custo e o tempo de transporte das mercadorias agrícolas a partir de 1850, assim como o uso de contêineres no mercado mundial depois da década de 1970. A desindustrialização (lado mais sombrio da expansão geográfica) acontece há muito tempo.

A segunda maneira de os capitalistas reduzirem o tempo e o custo do transporte é fixar suas atividades num lugar onde se possa minimizar o custo com a busca de meios de produção (inclusive matéria-prima), mão de obra e acesso ao mercado. As chamadas “economias de aglomeração” surgem quando capitais diferentes se juntam (por exemplo, fábricas de pneus e autopeças localizadas perto de montadoras). Empresas e indústrias diferentes podem dividir instalações, acesso a mão de obra especializada, informações e infraestruturas. Há benefícios quando todas as empresas conseguem tirar proveito dessa configuração (por exemplo, uma empresa treina os trabalhadores que outras empresas poderão contratar imediatamente, sem a necessidade de treiná-los primeiro). Do mesmo modo, as oportunidades oferecidas pelos centros dinâmicos atraem mão de obra, mesmo na ausência de forças que expulsem as pessoas de sua terra de origem. As aglomerações urbanas são ambientes construídos que favorecem a sustentação coletiva de grupos particulares de atividades produtivas.

Aglomeração produz centralização geográfica. O processo molecular da acumulação de capital converge, por assim dizer, para a produção de regiões econômicas. Fronteiras são sempre nebulosas e permeáveis, mas fluxos interconectados em determinado território geram uma coerência suficientemente estruturada para destacar a área geográfica como distinta. No século XIX, algodão significava Lancashire (Manchester), lã significava Yorkshire (Leeds), aço inoxidável significava



Sheffield e metalurgia significava Birmingham. Em geral a coerência estruturada se estende muito além das mudanças econômicas e engloba atitudes, valores culturais, crenças e até grupos religiosos e afiliações políticas. A necessidade de produzir e manter bens coletivos requer a existência de um sistema de governo, de preferência formalizado em sistemas de administração dentro da região. Se ainda não existe um Estado, então o capital terá de criar algo parecido para facilitar e controlar suas condições coletivas de produção e consumo. As classes dominantes e as alianças de classe hegemônicas podem conceber e conceder um caráter específico à atividade política e econômica da região.

As economias regionais constituem um mosaico frouxamente interligado de desenvolvimento geográfico desigual, no interior do qual regiões ricas tendem a ficar mais ricas, enquanto regiões pobres tendem a ficar mais pobres. Isso acontece por causa daquilo que Gunnar Myrdal chama de *causação circular cumulativa*<sup>1</sup>. Regiões avançadas atraem novas atividades pela vitalidade de seus mercados, pela força de sua infraestrutura física e social e pela facilidade com que proporcionam mão de obra e meios necessários para a produção. Dispõem de recursos (na forma de uma base tributária crescente) para investir em infraestrutura física e social (como educação pública), o que atrai mais trabalho e capital. Rotas de transporte centradas na região são criadas porque é ali que está o tráfego. Como consequência, mais capital é atraído. Em compensação, outras regiões carecem de serviços ou perdem cada vez mais atividades. Elas entram numa espiral descendente de depressão e decadência. O resultado são concentrações regionais desiguais de riqueza, poder e influência.

No entanto, há limites à centralização contínua pela aglomeração. Superpopulação e poluição, custos com administração e manutenção (aumento de impostos e taxas aos usuários), tudo isso tem consequências negativas. Custos de vida crescentes em um local levam a demandas salariais que podem acabar tornando uma região pouco competitiva. A mão de obra pode organizar melhor sua luta contra a exploração em razão da concentração regional. O preço da terra e das propriedades aumenta à medida que a classe rentista se aproveita do controle sobre uma terra cada vez mais escassa. Nova York e São Francisco são lugares dinâmicos, mas têm um alto custo, ao contrário de Detroit e Pittsburgh. Hoje, a mão de obra é mais bem organizada em Los Angeles do que em Detroit (na década de 1960, era o contrário).

Quando os custos locais aumentam rapidamente, os capitalistas buscam outros espaços na economia global para exercer suas atividades. Isso acontece em particular quando surgem novas combinações de tecnologia e produção, e as lutas trabalhistas são intensas. A partir da década de 1960, por exemplo, o Vale do Silício

desbancou Detroit como epicentro da economia capitalista dos Estados Unidos. Do mesmo modo, a Bavária desbancou o vale do Ruhr, na Alemanha, e a Toscana desbancou Turim, na Itália, enquanto novos concorrentes globais como Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura, Taiwan e, por fim, a China avançaram na escala global da superioridade competitiva em certas linhas de produção. Essas mudanças geraram crises de desvalorização que reverberaram em outras regiões da economia global. O “cinturão da ferrugem”, no centro-oeste dos Estados Unidos, que já foi o coração da capital industrial do país, contrasta com o “cinturão do sol”. Crises regionais de emprego e produção sinalizam um momento crucial de mudança de poder nas forças que produzem a paisagem geográfica do capital. Isso, por sua vez, costuma sinalizar uma mudança radical na evolução do próprio capital.

O capital tem de ser capaz de suportar o choque da destruição do velho e estar disposto a construir das cinzas uma nova paisagem geográfica. Para isso, precisa ter à mão excedentes de capital e mão de obra. Felizmente, o capital, por natureza, cria perpetuamente esses excedentes, muitas vezes na forma de desemprego maciço de trabalhadores e superacumulação de capital. A absorção desses excedentes pela expansão geográfica e reorganização espacial ajuda a resolver o problema dos excedentes que carecem de saídas lucrativas. A urbanização e o desenvolvimento regional tornam-se esferas autônomas da atividade capitalista, exigindo grandes investimentos (em geral financiados por dívida) que levam anos para vencer.

Comumente, o capital recorre a esses meios para que os excedentes de capital e trabalho sejam absorvidos em momentos de crise. Projetos de infraestrutura financiados pelo Estado são implementados nas crises para reavivar o crescimento econômico. Na década de 1930, o governo dos Estados Unidos tentou absorver o excedente de capital e trabalhadores desempregados com obras públicas em lugares até então subdesenvolvidos. Cerca de 8 milhões de pessoas foram empregadas pelos programas da Works Progress Administration. Na mesma época, os nazistas construíram estradas na Alemanha por razões semelhantes. Os chineses, depois da crise financeira de 2008, gastaram bilhões em projetos urbanos e de infraestrutura para absorver os excedentes de capital e trabalho a fim de compensar a quebra do mercado de exportação. Projetaram e construíram cidades inteiras. O resultado foi que a paisagem chinesa mudou radical e espetacularmente nos últimos anos.

Desse modo, o capital desenvolve o que chamo de “ajustes espaçotemporais” [*spatio-temporal fixes*] para o problema da absorção do excedente de capital e trabalho? “Ajuste” aqui tem dois sentidos. Uma parte do capital total se ajusta literal e fisicamente a determinado lugar por um período relativamente longo. Mas “ajuste”

<sup>1</sup> Gunnar Myrdal, *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas* (trad. Edwaldo Correia Lima, Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960).

<sup>2</sup> David Harvey, *Spaces of Capital*, cit.



deses investimentos depende da evolução de uma dinâmica forte de acumulação na região receptora. A Grã-Bretanha foi credora dos Estados Unidos no século XIX e, muito tempo depois, os Estados Unidos entenderam claramente, com o Plano Marshall para a Europa (Alemanha Ocidental, em particular) e o Japão, que sua própria segurança econômica (à parte o aspecto militar da Guerra Fria) dependia de um restabelecimento ativo da atividade capitalista nesses outros espaços.

As contradições surgem porque esses novos espaços dinâmicos de acumulação do capital geram excedentes e precisam encontrar meios de absorvê-los mediante novas expansões geográficas. Isso pode desencadear tensões e conflitos geopolíticos. Nos últimos anos, temos assistido a uma difusão e proliferação de ajustes espacotemporais, sobretudo no Leste e no Sudoeste Asiático. O capital excedente do Japão começou a rodar o mundo em busca de saídas lucrativas na década de 1970, seguido pelo capital excedente da Coreia do Sul e de Taiwan em meados da década de 1980. Embora sejam registrados como relações entre os territórios, esses ajustes espacotemporais em cascata são, na verdade, relações materiais e sociais entre regiões dentro de territórios. As dificuldades territoriais formais entre Taiwan e a China Continental parecem anacrônicas, se comparadas à crescente integração das regiões industriais de Taipei e Xangai.

De tempos em tempos, os fluxos de capital são redirecionados de um espaço para outro. O sistema capitalista continua relativamente estável como um todo, mesmo que suas partes passem por dificuldades periódicas (como desindustrialização aqui ou desvalorização parcial ali). O efeito geral dessa volatilidade inter-regional é a redução temporária do perigo sistêmico de superacumulação e desvalorização, ainda que os problemas em determinados lugares se acentuem. A volatilidade regional que se viveu mais ou menos desde a década de 1980 parece ter sido desse tipo. A cada passo, é claro, surgem questões sobre o próximo espaço de fluxo lucrativo do capital, bem como sobre o próximo espaço que será abandonado e desvalorizado, e por quê. O efeito geral pode ser enganador: como o capital sempre vai bem em algum lugar, há a ilusão de que tudo ficará bem nos outros lugares se a forma do capital for reajustada segundo a forma predominante no Japão e na Alemanha Ocidental (década de 1980), nos Estados Unidos (década de 1990) e na China (depois de 2000). O capital nunca resolve suas falhas sistêmicas porque as desloca geograficamente.

Um segundo efeito possível, no entanto, é uma concorrência internacional cada vez mais acirrada dentro da divisão internacional do trabalho, uma vez que vários centros dinâmicos de acumulação de capital concorrem no palco mundial entre fortes correntes de superacumulação (falta de mercados para realização) ou sob condições de escassez concorrente de matéria-prima e outros recursos fundamentais para a produção. Como nem todos podem vencer, ou os mais fracos su-

também se refere metaforicamente à solução ("ajuste") das crises de superacumulação do capital por meio de investimentos de longo prazo na expansão geográfica. Como e quando esses dois significados entram em conflito?

A criação de novas divisões territoriais de trabalho, novos complexos de recursos e novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital promovem oportunidades de geração de lucro e absorção dos excedentes de capital e trabalho. No entanto, tais expansões geográficas muitas vezes ameaçam os valores já fixados em outros lugares. Essa contradição é inevitável: ou o capital se desloca e deixa para trás um rastro de devastação e desvalorização (Detroit, por exemplo), ou permanece no mesmo lugar e se afoga no excedente de capital que inevitavelmente produz, mas para o qual não consegue encontrar uma saída lucrativa.

O recurso ao crédito intensifica essa contradição, ao mesmo tempo que pretende resolvê-la. O crédito deixa os territórios vulneráveis a fluxos de capital especulativo que podem tanto estimular quanto solapar o desenvolvimento capitalista. O endividamento territorial se tornou um problema global a partir de aproximadamente 1980, e para muitos países pobres (inclusive para algumas potências importantes, como a Rússia em 1998 e a Argentina depois de 2001) tornou-se impossível pagar as dívidas. Países pobres como o Equador e até mesmo a Polônia (atrás da Cortina de Ferro) foram convencidos a se tornar "escoadouras" de excedentes de capital, pelos quais se responsabilizariam. O país endividado arca com os custos de qualquer desvalorização do capital que vier a acontecer, enquanto o país credor fica protegido. Dessa forma, pode-se saquear os recursos dos países endividados sob as regras draconianas do pagamento da dívida. O caso atual da Grécia é um exemplo desse processo levado ao extremo. Os portadores de títulos estão prontos para destroçar e se alimentar implacavelmente de países inteiros que foram imprudentes o bastante para cair em suas garras.

A exportação de capital normalmente tem efeitos de longo prazo com relação ao movimento de crédito especulativo de curto prazo ["*hot money*"]. Excedentes de capital e mão de obra são enviados para os quatro cantos do mundo para movimentar a acumulação de capital no novo espaço regional. Excedentes de dinheiro e mão de obra produzidos no século XIX na Grã-Bretanha foram para os Estados Unidos e para as colônias, como África do Sul, Austrália e Canadá, criando novos e dinâmicos centros de acumulação que, por sua vez, geraram uma demanda por produtos da Grã-Bretanha.

Como o capitalismo pode demorar anos a amadurecer (se é que amadurecerá) nos novos territórios, até que estes também comecem a produzir excedentes de capital, o país de origem espera se beneficiar desse processo por um tempo considerável. É o que acontece em particular com os investimentos em ferrovias, estradas, portos,



cumbem e caem em uma séria crise de desvalorização localizada, ou ocorrem lutas geopolíticas entre regiões e Estados. Estas assumem a forma de guerras comerciais, monetárias ou por recursos, com o risco sempre presente de confronto militar (do tipo que nos levou a duas guerras mundiais entre potências capitalistas no século XX). Nesse caso, o ajuste espaço-temporal adquire um significado muito mais sinistral, transformando-se em exportação de desvalorização local e regional e destruição do capital (como ocorreu em larga escala no Leste e no Sudoeste Asiático e na Rússia em 1997-1998). Como e quando isso acontece, no entanto, depende tanto das formas explícitas de ação política por parte do poder estatal quanto dos processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo. E, assim, desenvolve-se por completo a dialética entre a lógica territorial e a lógica capitalista.

Como a relativa fixidez espacial e a lógica distintiva do poder territorial (tal como se manifesta no Estado) se conciliam com as dinâmicas fluidas da acumulação de capital no espaço e no tempo? Não seria esse o lugar de uma contradição aguda e permanente para o capital, talvez o apogeu da contradição entre fixidez (o Estado) e movimento (capital)? Recordemos: "Para que o capital circule livremente no tempo e no espaço, as infraestruturas físicas e os ambientes construídos devem ser fixos no espaço". A massa de todo esse capital fixo aumenta com o tempo em relação ao capital em fluxo contínuo. Periodicamente, o capital tem de romper com os limites impostos pelo mundo que ele próprio construiu, ou corre o risco mortal de se esclerosar. Em suma, a construção de uma paisagem geográfica favorável à acumulação de capital em uma era torna-se o grilhão da acumulação na próxima. O capital, portanto, tem de desvalorizar boa parte do capital fixo na paisagem geográfica vigente para construir uma paisagem totalmente nova, com uma imagem diferente. Isso desencadeia crises locais intensas e destrutivas. Hoje, o exemplo mais óbvio dessa desvalorização nos Estados Unidos é Detroit. Mas muitas outras cidades industriais, em todos os países capitalistas avançados e além deles (como no Norte da China e em Mumbai), tiveram de se reconstruir quando suas bases econômicas se desgastaram pela concorrência de fora. O princípio aqui é o seguinte: o capital cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades em determinado momento, apenas para destruí-la em outro e facilitar uma nova expansão e transformação qualitativa. O capital desencadeia as forças da "destruição criativa" sobre a terra. Alguns grupos se beneficiam da criatividade, enquanto outros sofrem o impacto da destruição. Invariavelmente, isso envolve uma disparidade de classes.

Como fica o poder do Estado nisso tudo e por qual lógica distinta ele interviém no processo de formação da paisagem? O Estado é uma entidade territorial limitada, formado sob condições que pouco têm a ver com o capital, mas é um traço fundamental da paisagem geográfica. Em seu território, ele tem o monopólio do uso legítimo da violência, soberania sobre a lei e a moeda e autoridade reguladora

sobre as instituições (inclusive sobre a propriedade privada), além do poder de cobrar impostos e redistribuir rendas e ativos. O Estado organiza estruturas de administração e governo que, no mínimo, tratam das necessidades coletivas tanto do capital quanto, de maneira mais difusa, de seus cidadãos. Entre seus poderes soberanos, talvez o mais importante seja o de definir e conferir legalmente direitos de cidadania a seus habitantes e, desse modo, introduzir na equação a categoria de estrangeiro ilegal ou "sans-papiers". Isso cria uma população vulnerável à exploração impensável e irrestrita do capital. Como entidade limitada, é a maior importância como são estabelecidos os limites do Estado e como eles são patrulhados em relação ao movimento das pessoas, das mercadorias e do dinheiro. As duas espacialidades, do Estado e do capital, afetam estranhamente uma à outra e muitas vezes se contradizem. Isso fica bem claro, por exemplo, no caso das políticas de migração.

Os interesses do Estado capitalista não são os mesmos do capital. O Estado não é uma coisa simples e suas várias ramificações nem sempre são coerentes, embora instituições importantes dentro do Estado tenham um papel de apoio direto na gestão da economia do capital (os ministérios da Fazenda se aliam aos bancos centrais para constituir o nexo Estado-finanças). O governo do Estado depende da natureza de seu sistema político, que às vezes pretende ser democrático e é frequentemente influenciado pelas dinâmicas de classe e outras lutas sociais. As práticas que constituem o exercício dos poderes estatais estão longe de ser monolíticas ou coerentes, o que significa que o Estado não pode ser construído como uma "coisa" sólida, exercendo poderes peculiares. Trata-se de um conjunto de práticas e processos reunidos de infinitas maneiras, já que a distinção entre Estado e sociedade civil (por exemplo, no campo da educação, saúde ou habitação) é altamente permeável. O capital não é o único interesse ao qual o Estado deve responder, e sobre ele recaem pressões de vários interesses. Além disso, a ideologia dominante por trás das intervenções do Estado (expressas em geral como ortodoxia econômica e política) pode variar consideravelmente. Há também um sistema interestatal. As relações entre os Estados podem ser hostis ou colaborativas, conforme o caso, mas há sempre relações e conflitos geoeconômicos e geopolíticos que refletem os interesses distintos do Estado e levam as práticas estatais a formas de ação que podem ou não ser consistentes com os interesses do capital.

A lógica associada à territorialidade do poder do Estado é muito diferente da lógica do capital. O Estado está interessado, entre outras coisas, na acumulação de riquezas e poder sobre uma base territorial, e foi a genialidade de Adam Smith que o levou a aconselhar e convencer os estadistas de que a melhor maneira de fazer isso era liberar e racionalizar as forças do capital e o livre mercado dentro de seu território, abrindo as portas para o livre comércio com os outros. O Estado capitalista segue abertamente políticas favoráveis às empresas, embora moderadas por



do telégrafo no século XIX reorganizou completamente a escala e a diversidade de especializações regionais, a onda mais recente de inovações (desde o transporte em aviões a jato e contêineres até a internet) mudou a escala de articulação da atividade econômica. Na década de 1980, falava-se muito no “carro global”, cujas peças eram produzidas em partes diferentes do mundo e montadas – não mais produzidas – na fábrica final. Isso agora é prática comum em muitas linhas de produção, de modo que etiquetas do tipo “Made in USA” não têm mais sentido. A passagem das corações para a escala global é muito mais significativa hoje do que foi no passado.

Os poderes soberanos do Estado sobre os fluxos de dinheiro e capital sofreram um desgaste nas últimas décadas. Isso não significa que o Estado é impotente, mas que seu poder depende mais do capital financeiro e de seus portadores de títulos. Há muito tempo os poderes e as práticas do Estado são direcionados para satisfazer as demandas das empresas e dos portadores de títulos, muitas vezes à custa dos cidadãos. Isso implica um forte apoio estatal à criação de um clima empresarial favorável ao capital. O resultado, em muitos aspectos, é que os Estados podem ir muito bem, enquanto a população vai muito mal. Isso vale também, talvez de maneira surpreendente, para países como Alemanha, onde a contenção salarial re-freia o consumo da classe trabalhadora ao mesmo tempo que o capital baseado na Alemanha e a situação financeira do país parecem estar em ótima forma.

Mudanças no movimento molecular do capital também pressionam fortemente a escala em que o poder do Estado pode se construir. Reterritorializações políticas, como a União Europeia, não só se tornaram mais praticáveis, como são também cada vez mais uma necessidade econômica. Essas mudanças políticas não são uma simples derivação das transformações materiais nas relações de espaço: as coisas são muito mais complicadas do que isso. Mas as mudanças nas relações espaciais da circulação e acumulação do capital têm implicações transformadoras para as novas configurações políticas (por exemplo, a formação do Nafta, do Mercosul, da União Europeia, bem como a ampliação do G7 para o G20 como organismo de tomada de decisões).

A paisagem geográfica do capitalismo (em oposição à do capital) é nitidamente moldada por uma multiplicidade de interesses, uma vez que indivíduos e grupos tentam definir espaços e lugares para si próprios contra o pano de fundo dos processos macroeconômicos do desenvolvimento geográfico desigual, orientados conjuntamente pelas regras da acumulação do capital e pelo poder do Estado. De certo modo, o capital tem de ser sensível às carências e necessidades das populações que explora e, mesmo que não fosse, as lutas sociais e de classes certamente o obrigariam a se comprometer com os críticos e a refrear algumas de suas maiores ambições. No entanto, é fácil culpar as vítimas quando o capital “parte para outra”. A narrativa dominante é a de que o capital foi afugentado pela ganância dos sindi-

ideologias dominantes e por inúmeras e divergentes pressões sociais mobilizadas pela organização dos cidadãos. Mas ele também procura racionalizar o uso das forças do capital para sustentar seu próprio poder de governamentalidade sobre populações potencialmente inquietas, ao mesmo tempo que aumenta sua riqueza, seu poder e sua posição dentro de um sistema interestatal altamente competitivo. Essa racionalidade contrasta com a racionalidade do capital, que se preocupa, antes de tudo, com a apropriação privada e a acumulação de riqueza social. A lealdade cons-truída dos cidadãos para com os Estados diverge em princípio da lealdade singular do capital de fazer dinheiro e nada mais.

O tipo de racionalidade tipicamente imposto pelo Estado é exemplificado por suas práticas de planejamento urbano e regional. Essas intervenções e investimentos tentam conter as consequências normalmente caóticas do desenvolvimento desregulado do mercado. O Estado impõe estruturas cartesianas de administração, lei, cobrança de impostos e identificação individual. No entanto, a produção tecnocrática e burocrática do espaço em nome de uma modernidade supostamente capitalista tem sido alvo de críticas virulentas (em especial de Henri Lefebvre<sup>3</sup>). O que se tende a produzir é uma paisagem geográfica sem alma, racionalizada, contra a qual as populações se revoltam periodicamente. Mas a aplicação dos poderes do Estado com esse propósito nunca é fácil. Eles são muito facilmente subvertidos, cooptados e corrompidos pelos interesses monetários. Reciprocamente, os interesses fundamentais do Estado na segurança nacional, por exemplo, podem ser subvertidos pelo capital e transformados em alimento permanente para as ambições capitalistas – daí o papel histórico do infame “complexo militar-industrial” no desenvolvimento do capital.

Os Estados podem usar seus poderes para orquestrar a vida econômica não só por intermédio do controle dos investimentos em infraestrutura, mas também pelo poder de criar ou reformar instituições básicas. Por exemplo, quando os bancos locais foram suplantados pelos bancos nacionais na Grã-Bretanha e na França no século XIX, o fluxo livre de capital monetário em todo o espaço nacional alterou a dinâmica regional. Nos Estados Unidos, mais recentemente, a revogação de leis restritivas sobre bancos locais, seguida de uma onda de aquisições e fusões de bancos regionais, mudou os hábitos de investimentos no país, deslocando-os do contexto local para uma construção mais aberta e fluida de configurações regionais. As reformas na organização dos bancos internacionais e as tecnologias da informação revolucionaram a mobilidade global do capital financeiro nos últimos quarenta anos.

Existe há muito tempo um impulso no sentido de transformar a escala geográfica em que se define a atividade capitalista. Assim como o advento das ferrovias e

3 Henri Lefebvre, *The Production of Space* (Oxford, Basil Blackwell, 1989).



caros, por políticos perdulários, maus gestores e coisas do tipo. Mas foi o capital, e não as pessoas, que abandonou e desindustrializou Detroit, Pittsburgh, Sheffield, Manchester, Mumbai e outras. Embora haja exemplos óbvios de má gestão e intensos conflitos de classe nessa ou naquela região ou cidade, é absurdo afirmar que tais casos podem explicar a devastação de regiões industriais que, durante gerações, foram a espinha dorsal da acumulação do capital em tantas partes do mundo. Por isso, temos de agradecer à contrarrevolução neoliberal que começou nos anos 1970 e vem se intensificando até hoje.

Desenvolvimentos geográficos desiguais mascararam convenientemente a verdadeira natureza do capital. A esperança pode brotar eternamente, porque há sempre um bairro, uma região ou um Estado onde as coisas vão muito bem, mesmo no meio de inúmeras calamidades. As macrocrises se decompõem em acontecimentos localizados, com os quais as pessoas se preocupam ou dos quais sabem muito pouco. As grandes crises na Indonésia ou na Argentina passam, e o resto do mundo diz “Que triste” ou “E daí?”. O pensamento é dominado mais por explicações partculares do que por explicações sistêmicas das crises. Argentina, Grécia ou Detroit deveriam se reformular à sua maneira, dizem, mas o capital sempre sai ileso.

Há ainda outro aspecto notável na paisagem do capital que desempenha um papel ideológico vital na vida e na política contemporâneas. A cidade capitalista, por exemplo, é construída como uma obra de arte por si só, com uma arquitetura fabulosa e de significados icônicos conflitantes. As mansões e coberturas dos “mestres do universo”, que hoje trabalham em escritórios suntuosos instalados em arranha-céus reluzentes nos centros financeiros globais, contrastam com a antiga arquitetura industrial das fábricas tradicionais. Os espetaculares centros de consumo e a criação perpétua do espetáculo urbano pós-moderno contrastam com o alastramento urbano e os condomínios fechados, que, por sua vez, contrastam com cortiços, bairros de imigrantes e da classe trabalhadora e, em muitas cidades do mundo, grandes conjuntos de casas construídas pelos próprios moradores. A cidade capitalista é o ponto alto da tentativa do capital de parecer civilizado e representar a grandeza das aspirações humanas.

Essa pretensão é eficaz em certo sentido. Podemos nos maravilhar com o produto e admirar a vista de Barcelona, Hong Kong, Paris e Xangai em parte porque esse espetáculo urbano esconde os processos e o trabalho humano necessários a sua produção. Aparentemente, o capital não quer ter uma imagem própria. A julgar pelas charges anticapitalistas, ela está longe de ser lisonjeira! A paisagem urbana do capitalismo existe como uma imagem diversionista de um mundo mais próximo de certo sentido transcendental do desejo e dos anseios humanos. Olhar para Veneza, Roma, Istambul, São Francisco, Brasília, Cairo ou Lagos é olhar para esperanças, realizações e falhas crônicas desse empreendimento humano. E não estamos falando

apenas das grandes cidades. As diferentes paisagens rurais esculpidas mundo afora podem inspirar tanta afeição, lealdade e admiração como qualquer outra cidade. Os campos ingleses, o *paysage* francês, as vilas toscanas, os pampas argentinos, as planícies do vale do Tigre na Anatólia, os infundáveis milhais de Iowa, as plantações de soja no Brasil, tudo isso forma palimpsestos da atividade humana cada vez mais mobilizada, ainda que não exclusivamente, pelo capital e para o capital.

Que força tem o desenvolvimento geográfico desigual para desafiar o capital a reinventar? Sem ele, o capital certamente teria estagnado, sucumbido às próprias tendências esclerosadas, monopolistas e autocráticas, e teria perdido completamente a legitimidade como motor dinâmico de uma sociedade que pretende ser civilizada, mesmo correndo o risco de cair na barbárie. Desencadear a concorrência interurbana, inter-regional e internacional é não apenas um meio primordial para que o novo substitua o antigo, mas também um contexto em que a busca do novo, rotulada como busca de vantagem competitiva, torna-se fundamental para a capacidade de autorreprodução do capital. Acima de tudo, o desenvolvimento geográfico desigual serve para deslocar as falhas sistêmicas do capital de um lugar para o outro. Essas falhas são um alvo em perpétuo movimento.

A homogeneidade imposta hoje por uma ordem internacional dominada pelos bancos centrais e algumas instituições internacionais, como o FMI, é, dessa perspectiva, potencialmente devastadora para as chances futuras de sobrevivência do capital. O capital só sobreviveria ao advento de um forte governo global centralizado se, como aconteceu na China, esse governo não só orquestrasse, como também liberasse a concorrência inter-regional e interurbana. Dadas as restrições impostas pelo aparelho disciplinar internacional sobre Grécia, Portugal, Espanha e Itália, não há a menor chance de que esses países renasçam das cinzas para revigorar a dinâmica capitalista como aconteceu com a Alemanha Ocidental e o Japão depois da Segunda Guerra Mundial. Eles podem se recuperar, mas essa recuperação será anêmica. Ainda não sabemos se o desenvolvimento geográfico desigual pode funcionar sozinho como panaceia para o mal-estar do capital, dadas as nuvens de tempestade da estagnação sistêmica que continuam a ganhar força e obscurecer o futuro. O que vemos é o surgimento de uma aliança profana entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro para criar uma forma de “capitalismo abutre” que, por um lado, estimula práticas canibais (economias de espoliação) e desvalorizações forçadas e, por outro, deseja um desenvolvimento global harmonioso. Para se alimentar, se for necessário, os abutres, os fundos de *hedge* e os fundos de participação privada propiciarão a destruição de formas de vida em territórios inteiros.

O capital sobrevive não só por uma série de ajustes espacotemporais que absorvem o capital excedente produtiva e construtivamente, mas também pela desvalorização



zação e destruição administradas como medidas corretivas aos que não conseguem se manter e pagar suas dívidas. A simples ideia de que aqueles que emprestam dinheiro de forma irresponsável também deveriam correr riscos é descartada sem a menor consideração. Isso exigiria das classes proprietárias e abastadas de todo o mundo que prestassem contas e cuidassem de suas responsabilidades, e não apenas de seus direitos inalienáveis à propriedade privada e à acumulação desenfreada. O lado sinistro e destruidor dos ajustes espaçotemporais (basta vermos como a Grécia está sendo pilhada e devastada) é tão crucial para o capital quanto sua contrapartida criativa na construção de uma nova paisagem para facilitar a acumulação sem fim de capital e poder político.

O que um movimento anticapitalista deveria entender por isso? Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que o capital é sempre um alvo mutável para a oposição por causa de seu desenvolvimento geográfico desigual, e qualquer movimento anticapitalista precisa aprender a lidar com isso. Movimentos de oposição em determinado lugar frequentemente perdem toda a força porque o capital passa para outro lugar. Os movimentos anticapitalistas devem abandonar todas as ideias de igualdade regional e convergência em torno de uma teoria de harmonia socialista. Essas teorias são receitas para uma monotonia global inaceitável e inatingível. Os movimentos anticapitalistas devem liberar e coordenar sua própria dinâmica de desenvolvimento geográfico desigual, a produção de espaços emancipatórios de diferença, para reinventar e explorar alternativas regionais criativas ao capital. A estrutura do desenvolvimento geográfico desigual deu origem a diferentes movimentos e resistências sociais, desde Estocolmo e Cairo até São Paulo, Xangai, Paris e Londres. Esses movimentos constituem um mosaico de sementeiras, vagamente interconectadas, em que se podem semear as transformações do capitalismo rumo a um futuro anticapitalista. A questão é: como devemos unificá-los? Vivemos em tempos caóticos e voláteis, em especial com relação aos desenvolvimentos geográficos desiguais. Não é irracional esperar que movimentos de resistência e oposição sejam igualmente caóticos, voláteis e geograficamente específicos.

## CONTRADIÇÃO 12 DISPARIDADES DE RENDA E RIQUEZA

Uma análise das declarações de imposto de renda da cidade de Nova York, realizada pelo Internal Revenue Service em 2012, mostrou que a renda média do 1% mais rico foi de US\$ 3,57 milhões naquele ano, ao passo que a renda de metade da população da cidade, onde o custo de vida é altíssimo e os alugueis são exorbitantes, mal chegou a US\$ 30 mil no ano. Em três dias, os mais ricos ganharam mais dinheiro do que a maioria dos nova-iorquinos ganhou em um ano. Seja qual for o critério, esse nível de desigualdade é absurdo e certamente faz de Nova York uma das cidades mais desiguais do mundo. Por outro lado, esses números não deveriam nos surpreender, dados os ganhos astronômicos dos principais gerentes de fundo de *hedge* (em 2009, na esteira da crise, cinco gerentes ganharam mais de US\$ 3 bilhões cada) e os bônus colossais pagos pelos principais bancos da cidade. Em escala nacional, como era de se esperar, em nenhum outro lugar a disparidade de renda é tão drástica, embora venha crescendo de forma acentuada desde a década de 1970.

Não há sentido, aqui, em apresentar mais do que uma análise simplificada das tendências globais de desigualdade de riqueza e renda. A luta pela distribuição da riqueza social tem sido contínua desde o início da história do capitalismo, e os resultados variam fortemente de um país para o outro, de uma região ou cidade para a outra, porque grupos diferentes lutam por vantagens sobre os outros, assim como sobre grupos e classes dominantes, pelo que consideram sua parcela justa e apropriada do produto do trabalho social. Dado o poder do Estado de recolher impostos e redistribuir riqueza e renda, grande parte dos resultados depende da facção ou aliança política que mantém o poder do Estado e do que ela faz com ele. As lutas pela distribuição de riquezas costumam ser ferozes, e os resultados, difíceis de prever. Logo depois de um golpe, como o que ocorreu no Chile em



*desigual, reequilibrando ao mesmo tempo (mediante intervenções do Estado) a unidade contraditória entre produção e realização. As três contradições que analiso aqui são mais perigosas no presente imediato, não só para a capacidade do motor econômico do capitalismo de se manter funcionando, mas também para a reprodução da vida humana sob condições minimamente razoáveis. Uma delas, e somente uma delas, é potencialmente fatal, mas será fatal apenas se surgir um movimento revolucionário que mude o caminho evolutivo ditado pela acumulação infinita do capital. Não está escrito nas estrelas se esse espírito revolucionário se consolidará a ponto de determinar mudanças radicais no modo como vivemos: isso depende totalmente da vontade humana. O primeiro passo para exercitar essa vontade é ter plena consciência da natureza dos perigos e das escolhas que temos.*

## CONTRADIÇÃO 15 CRESCIMENTO EXPONENCIAL INFINITO

O capital gira sempre em torno do crescimento e cresce necessariamente a uma taxa composta. Essa condição da reprodução do capital é hoje, como pretendo argumentar, uma contradição extremamente perigosa, mas em ampla medida não é nem reconhecida nem analisada.

A maioria das pessoas não entende a matemática dos juros compostos, tampouco o fenômeno do crescimento exponencial (ou composto) e o perigo potencial que ele representa. Nem a ciência lúgubre da economia convencional, como Michael Hudson mostrou em um comentário recente, reconheceu a importância dos juros compostos para o endividamento crescente<sup>1</sup>. O resultado é que uma parte fundamental da explicação das turbulências financeiras que abalaram o mundo em 2008 foi obliterada. O crescimento exponencial perpétuo é, então, possível?

Em tempos recentes, houve um grande rebuliço entre alguns economistas que se perguntavam se a fé na antiga suposição do crescimento perpétuo fazia sentido. Robert Gordon, por exemplo, sugeriu que o crescimento econômico vivido nos últimos 250 anos “podia muito bem ser um episódio único na história humana, e não uma garantia de progresso infinito no mesmo ritmo”. Sua argumentação se baseia amplamente numa visão geral da trajetória e dos efeitos das inovações sobre a produtividade do trabalho que sustentaram o crescimento da renda *per capita*. Gordon se une a

<sup>1</sup> Michael Hudson, *The Bubble and Beyond* (Dresden, Islet, 2012). Esse é um dos únicos textos de economia que conheço que leva a sério a questão do crescimento exponencial. Nas páginas seguintes, baseio-me em parte no que ele diz. Em 2011, quando falei da questão do crescimento exponencial com dois experientes editores de economia de um jornal importante, um deles menosprezou o assunto, considerando-o trivial, ou mesmo risível, enquanto o outro disse que ainda havia muitas fronteiras tecnológicas para explorar, portanto não havia motivos para se preocupar.



vários outros economistas quando afirma que as ondas de inovação do passado foram muito mais fortes que a onda mais recente, iniciada por volta de 1960 com base na eletrônica e na informatização. Segundo ele, essa última onda teve efeitos mais fracos do que se imagina e, seja como for, já se esgotou (o ápice foi a bolha da internet na década de 1990). Partindo desses argumentos, Gordon prevê que:

o crescimento futuro do PIB real *per capita* será mais lento do que o registrado em qualquer outro período prolongado desde o fim do século XIX, e o crescimento do consumo real *per capita* será ainda mais lento para os 99% menos favorecidos no que se refere à distribuição de renda.

No caso dos Estados Unidos, a debilidade inerente da última onda de inovação é agravada por uma série de “ventos contrários”, como a desigualdade social cada vez maior, os problemas derivados do custo crescente e da qualidade decrescente da educação, os impactos da globalização, a regulação ambiental, as condições demográficas (envelhecimento da população), as cargas tributárias cada vez mais pesadas e o “excesso” de endividamento público e privado<sup>2</sup>. Mas, segundo Gordon, mesmo na ausência desses “ventos contrários” o futuro ainda seria de relativa estagnação, em comparação com os últimos duzentos anos.

No momento em que escrevo, um dos componentes desses “ventos contrários” (a dívida pública) tornou-se um jogo de futebol político nos Estados Unidos, com repercussões em outros países. E tem sido foco de declarações e argumentos exagerados e pungentes na mídia e no Congresso. A carga supostamente enorme e monstruosa da dívida sobre as gerações futuras é evocada para promover cortes draconianos no orçamento público e no salário social (como sempre, é claro, em benefício da oligarquia). Na Europa, o mesmo argumento é usado para justificar a imposição de uma austeridade desastrosa para alguns países (como a Grécia), apesar de não precisarmos pensar muito para entender como essa austeridade pode

<sup>2</sup> Robert Gordon, “Is U.S. Economic Growth Over? Faltering Innovation Confronts the Six Headwinds”, *Working Paper 18315*, Cambridge, National Bureau of Economic Research, 2012. A reação pública aos argumentos de Gordon é tratada em Thomas Edsall, “No More Industrial Revolutions”, *New York Times*, 15 out. 2012. A reação pública em geral considerava que provavelmente Gordon tinha razão, mas era muito pessimista em relação ao impacto futuro das inovações. Martin Wolf, influente economista do *Financial Times*, no entanto, aceitou boa parte dos argumentos de Gordon e concluiu que as elites econômicas dariam as boas-vindas ao futuro que Gordon descreveu, mas os outros gostariam “muito menos [dele]. Acostumem-se, isso não vai mudar”. Outras contribuições são encontradas em Tyler Cowen, *The Great Stagnation: How America Ate all the Low-Hanging Fruit of Modern History, Got Sick and Will (Eventually) Feel Better*, E-special from Dutton, 2011. Todos esses argumentos, contudo, são centrados nos Estados Unidos.

beneficiar os países mais ricos (como a Alemanha) e, de modo mais geral, os abastados portadores de títulos. Na Europa, os governos eleitos democraticamente na Grécia e na Itália foram derrubados de forma pacífica e substituídos por “tecnocratas” que contavam com a confiança dos mercados de ações.

Tudo isso tornou particularmente difícil chegar a uma visão clara da relação entre o aumento das obrigações de dívida, o crescimento exponencial da acumulação de capital e o perigo que os dois representam. Note-se que Gordon estava preocupado principalmente com o PIB *per capita*, o que é muito diferente do PIB agregado. Ambos são sensíveis às condições geográficas, mas de modo muito diferente. Uma análise superficial dos dados históricos disponíveis sobre o PIB total sugere que, apesar da relação pouco rígida entre riqueza e acúmulo de dívidas em toda a história do capital, o acúmulo de riquezas desde a década de 1970 está muito mais estritamente associado ao acúmulo de dívida pública, empresarial e privada. Suspeita-se de que, hoje, o acúmulo de dívidas é precondição para a acumulação de capital. Se essa suspeita for correta, isso quer dizer que o acúmulo de dívidas produz um resultado curioso: o esforço dos republicanos, de direita, e de grupos análogos na Europa (como o governo alemão) para reduzir ou eliminar a dívida é uma ameaça mais grave para o futuro do capital do que foi o movimento da classe trabalhadora.

O crescimento exponencial é, em essência, muito simples. Depósito US\$ 100 numa poupança que rende 5% de juros anuais. No fim de um ano, tenho US\$ 105, que, a uma taxa de juros constante, torna-se US\$ 110,25 no ano seguinte (o número será maior se a acumulação for diária ou mensal). A diferença entre a soma no fim do segundo ano e uma progressão aritmética de juros, não composta, é muito pequena (apenas US\$ 0,25). A diferença é tão pequena que nem vale a pena se preocupar com ela, por isso passa facilmente despercebida. Mas, depois de 30 anos de juros compostos a 5% ao ano, tenho US\$ 432,19, contra os US\$ 250 que teria se os juros seguissem uma progressão aritmética de 5%. Depois de 60 anos, tenho US\$ 1.867,00, contra os US\$ 400, e, depois de 100 anos, US\$ 13.150, em vez de US\$ 600. Prestemos atenção nesses números. A curva dos juros compostos sobe bem lentamente no início (ver figuras 1 e 2), começa a acelerar e, no fim, torna-se o que os matemáticos chamam de singularidade: sobe ao infinito. Qualquer pessoa que tenha feito uma hipoteca experimenta o inverso disso. Durante os primeiros vinte anos de uma hipoteca de trinta anos, o capital principal diminui muito lentamente; depois a queda se acelera e, nos últimos dois ou três anos, diminui rapidamente.

Há uma série de anedotas clássicas sobre essa qualidade dos juros compostos e do crescimento exponencial. Certa vez, um rei indiano quis recompensar o inventor do jogo de xadrez. O inventor pediu o equivalente a um grão de arroz no pri-



Figura 1. Juros compostos versus juros simples

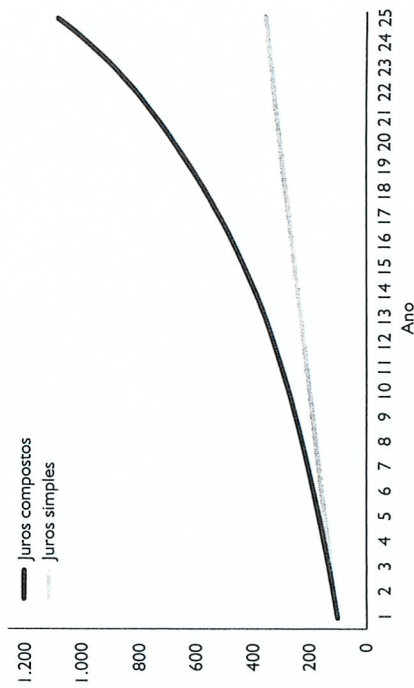
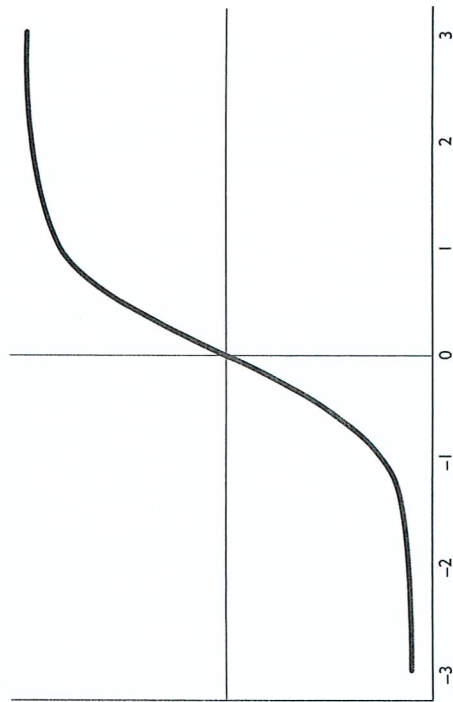


Figura 2. Curva em "S" típica



meio quadrado do tabuleiro e que a quantia dobrasse de quadrado em quadrado até cobrir todo o tabuleiro. O rei concordou de imediato, porque o preço parecia baixo. O problema é que, ao chegar ao vigésimo primeiro quadrado, eram necessários mais de um milhão de grãos e, depois do quadragésimo primeiro quadrado (mais de um trilhão de grãos), não havia mais arroz no mundo para dar conta dos quadrados restantes. Outra versão da história diz que o rei ficou com tanta raiva por ter sido enganado que mandou decapitar o inventor. Essa versão da história é preciosa: mostra o caráter ardiloso dos juros compostos e como é fácil subestimar

seu poder oculto. Nos últimos estágios do crescimento exponencial, a aceleração nos pega de surpresa.

Um exemplo dos perigos dos juros compostos é ilustrado pelo caso de Peter Thelluson, um rico banqueiro suíço que morava em Londres. Ele criou um fundo de fiduciário de 600 mil libras que só poderia ser tocado 100 anos depois de sua morte, ocorrida em 1797. Com rendimento a juros compostos de 7,5%, o fundo chegaria a 19 milhões de libras (um valor maior do que a dívida nacional da Grã-Bretanha) em 1897, quando o dinheiro poderia ser dividido entre os afortunados descendentes de Thelluson. Mesmo se rendesse 4%, o governo da época calculou que a herança seria equivalente a toda a dívida pública de 1897. Os juros compostos poriam um imenso poder financeiro em mãos privadas. Para evitar isso, em 1800 o governo britânico aprovou uma lei que limitava esse tipo de fundo a períodos de 21 anos. O testamento foi contestado pelos herdeiros imediatos de Thelluson e quando o caso foi finalmente resolvido, em 1859, depois de muitos anos de processo, descobriu-se que toda a herança tinha sido engolida pelos custos legais<sup>3</sup>. Essa história inspirou o famoso caso Jarndyce contra Jarndyce no livro *A casa soturna*, de Charles Dickens\*.

No fim do século XVIII, o poder dos juros compostos era efusivamente comentado. Em 1772, o matemático Richard Price, num tratado que depois chamou a atenção de Marx, escreveu:

O dinheiro que rende juros compostos cresce a princípio lentamente, mas, como a taxa de crescimento se acelera progressivamente, ela se torna tão rápida que ultrapassa toda fantasia. Um *penny* emprestado a juros compostos de 5% na época do nascimento de Cristo ter-se-ia hoje multiplicado numa soma maior que a que estaria contida em 150 milhões de planetas como a Terra, todos de ouro maciço. Empréstado a juros simples, porém, esse mesmo *penny*, no mesmo período de tempo, não teria ultrapassado 7 xelins e  $4\frac{1}{2}$  *pence*.<sup>4</sup>

Note-se mais uma vez a surpresa com o resultado produzido pelo crescimento exponencial, que "ultrapassa toda fantasia". Será que também ficaríamos chocados com o resultado do crescimento exponencial? Curiosamente, o principal argumento de Price (em oposição à atual safra de alarmistas) é que seria fácil acabar com a dívida interna (como também mostrou o exemplo de Thelluson) recorrendo-se aos juros compostos!

<sup>3</sup> O caso de Thelluson é descrito em Michael Hudson, *The Bubble and Beyond*, cit.

\* Ed. bras.: trad. Oscar Mendes, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. (N. E.)

<sup>4</sup> Citado em Karl Marx, *O capital*, Livro III, cit.



Angus Maddison tentou a duras penas calcular a taxa de crescimento de toda a produção econômica global ao longo de séculos. Obviamente, quanto mais ele avançava no passado, mais incertos eram os dados. Significativamente, os dados anteriores a 1700 se basearam cada vez mais em estimativas populacionais para substituir a produção econômica total. Mas, mesmo em nossa época, há boas razões para se contestar os dados brutos, porque incluem uma série de “maus produtos nacionais brutos” (como consequências econômicas de acidentes de trânsito e fu-racões). Alguns economistas insistem em mudar a base da contabilidade nacional, argumentando que muitas das medidas utilizadas são equivocadas. No entanto, se partirmos das descobertas de Maddison, veremos que o capital vem crescendo, desde aproximadamente 1820, a uma taxa composta de 2,25%. Essa é a média mundial? É óbvio que houve momentos (por exemplo, a Grande Depressão) e lugares (por exemplo, o Japão contemporâneo) em que a taxa de crescimento foi insignificante ou negativa, e outros momentos (como as décadas de 1950 e 1960) e lugares (como a China dos últimos vinte anos) em que o crescimento foi muito maior do que isso. Essa média está ligeiramente abaixo da média aceita em geral na imprensa econômica e em outros lugares (uma taxa mínima de crescimento de 3%). Quando o crescimento fica abaixo dessa norma, a economia é descrita como letárgica e, quando chega a níveis abaixo de zero, isso é considerado um indicador de recessão, ou, quando se prolonga, de depressão. Um crescimento muito acima de 5%, por outro lado, é visto nas “economias maduras” (ou seja, não na China contemporânea) como um sinal de “superaquecimento”, que está sempre acompanhado da ameaça de inflação descontrolada. Nos últimos tempos, mesmo no período da “quebra” de 2007-2009, o crescimento global se manteve firmemente estável em torno de 3%, em grande parte nos mercados emergentes (como Brasil, Rússia, Índia e China – em suma, nos Brics). As “economias capitalistas avançadas” tiveram um crescimento de 1% ou menos entre 2008 e 2012.

Maddison calcula que a produção global em 1820 foi de 694 bilhões de dólares constantes de 1990 (“bilhão” na escala dos Estados Unidos, equivalente a mil milhões). Em 1913, subiu para US\$ 2,7 trilhões (na escala dos Estados Unidos, um trilhão é mil bilhões); em 1973, chegou a US\$ 16 trilhões e, em 2003, quase US\$ 41 trilhões. Bradford DeLong faz uma estimativa diferente, começando com US\$ 359 bilhões em 1850 (em dólares constantes de 1990), subindo para US\$ 1,7 trilhão em 1920, US\$ 3 trilhões em 1940, US\$ 12 trilhões em 1970, US\$ 41 trilhões em 2000 e US\$ 45 trilhões em 2012. Os números de DeLong sugerem uma base inicial mais baixa e uma taxa de crescimento exponencial um pouco mais alta.

<sup>5</sup> Angus Maddison, *Phases of Capitalist Development* (Oxford, Oxford University Press, 1982); *Contours of the World Economy, 1-2030 AD* (Oxford, Oxford University Press, 2007).

Embora os números sejam muito diferentes (sinal de como essas estimativas são difíceis e muitas vezes arbitrárias), nos dois casos o efeito do crescimento exponencial (com uma variação temporal e geográfica considerável) é claramente visível<sup>6</sup>.

Tomemos como normal uma taxa de crescimento exponencial de 3%. Essa é a taxa de crescimento que permite que a maioria dos capitalistas, ou talvez todos, tenham uma taxa de retorno positiva sobre o capital. Manter uma taxa de crescimento satisfatória hoje em dia significa encontrar oportunidades de investimento lucrativo para quase US\$ 2 trilhões adicionais, em comparação com os “meros” US\$ 6 bilhões necessários em 1970. Por volta de 2030, quando as estimativas sugerem que a economia global será de mais de US\$ 96 trilhões, serão necessárias oportunidades de investimento lucrativo de mais ou menos US\$ 3 trilhões. Depois os números se tornam astronômicos. É como se estivéssemos no vigésimo primeiro quadrado do tabuleiro de xadrez e não pudéssemos sair dele. E, no ponto em que estamos agora, essa não parece ser uma trajetória de crescimento possível. Se pensarmos em termos materiais, para manter a taxa composta de acumulação de capital, a enorme expansão em infraestrutura física, urbanização, força de trabalho, consumo e capacidade de produção ocorrida desde a década de 1970 até hoje teria de ser insignificante em comparação com a da próxima geração. Se dermos uma olhada no mapa da cidade mais próxima de nós em 1970 e o compararmos com um mapa atual, poderemos imaginar o que será dessa cidade se nos próximos vinte anos ela quadruplicar de tamanho e densidade.

No entanto, seria um tremendo erro supor que a evolução social humana é governada por fórmulas matemáticas. Foi esse o grande erro de Thomas Malthus quando defendeu pela primeira vez seu princípio da população em 1798 (quase ao mesmo tempo que Richard Price e outros comemoravam – se é que essa é a palavra correta – o poder do crescimento exponencial nas questões humanas). Os argumentos de Malthus são diretamente relevantes para a questão tratada aqui, mas também servem de lição. Ele afirmava que as populações humanas, como todas as espécies, têm tendência a crescer a uma taxa exponencial (ou seja, composta), ao passo que a produção de alimentos só pode crescer, na melhor das hipóteses, em progressão aritmética, dadas as condições de produtividade agrícola na época. O rendimento decrescente do trabalho agrícola geraria um abismo cada vez maior entre a taxa de crescimento populacional e a taxa de oferta de alimentos. A divergência crescente entre as duas curvas era vista como um indicador da pressão crescente da população sobre os recursos, e as consequências disso para a humanidade, segundo Malthus, seriam fome, pobreza, epidemias, guerra e patologias de todos os

<sup>6</sup> Bradford DeLong, “Estimating World GDP, One Million B.C.-Present”. As estimativas se encontram no verbete “Gross World Product” da *Wikipedia*.



tipos, agindo como um freio brutal para manter o crescimento populacional dentro dos limites ditados por uma suposta capacidade biótica natural. As predições distópicas de Malthus não aconteceram. Reconhecendo o fato, Malthus ampliou seus princípios e incluiu mudanças no comportamento demográfico humano, as chamadas “restrições morais”, como casamento em idade avançada, abstinência sexual e (facilmente) outras técnicas de limitação populacional. Isso refrearia ou reverteria a tendência de crescimento exponencial da população<sup>7</sup>. Malthus também errou lastimavelmente quando não previu a industrialização da agricultura e a rápida expansão da produção global de alimentos pela colonização de terras improdutivas (em especial nas Américas).

Ao evocarmos a tendência da acumulação do capital ao crescimento exponencial, será que corremos o risco de repetir o erro de Malthus quando supôs que a evolução humana não reflete comportamentos humanos fluidos e adaptáveis, mas obedece a fórmulas matemáticas? Se sim, de que maneira o capital se adaptou e ainda se adapta para conciliar as disparidades entre o processo de acumulação, que é necessariamente exponencial (se é que esse é o caso), e as condições que podem limitar a capacidade de crescimento exponencial?

Há, no entanto, uma consideração prévia que devemos abordar. Se a população cresce exponencialmente (como supôs Malthus), então a economia tem de crescer a taxas iguais para que o padrão de vida possa se sustentar. Sendo assim, qual é a relação entre as trajetórias demográficas e a dinâmica de acumulação do capital?

Hoje, as únicas regiões em que a população cresce a uma taxa composta de 3% ou mais são a África, o sul da Ásia e o Oriente Médio. As taxas de crescimento populacional são negativas no Leste Europeu e tão baixas no Japão e em grande parte da Europa que a população apenas se mantém. Nesse caso, os problemas econômicos são causados por falta de oferta interna de trabalho e pelo ônus crescente da manutenção da população mais velha. Uma força de trabalho cada vez menor, que não para de diminuir, precisa produzir valor suficiente para pagar a aposentadoria de uma população idosa cada vez maior. Essa relação ainda é importante em algumas regiões do mundo. No início da história do capital, o rápido crescimento populacional ou a vasta reserva de mão de obra inexplorada, que ainda precisava ser urbanizada, ajudou inquestionavelmente a impulsionar a rápida acumulação de capital. De fato, podemos argumentar que o crescimento populacional, a partir do início do século XVII, foi précondição para a acumulação do capital. O papel da qual que Gordon chama de “dividendo demográfico” para a promoção do crescimento populacional foi e continua sendo muito importante. Um bom exemplo foi

<sup>7</sup> Thomas Malthus, *Ensaio sobre o princípio da população* (trad. Eduardo Saló, Mem Martins, Europa-América, 1999).

a ampla incorporação das mulheres à força de trabalho na América do Norte e na Europa depois de 1945, mas isso não pode ser repetido. A força de trabalho mundial cresceu 1,2 bilhão entre 1980 e 2009, e metade desse crescimento se deveu apenas à China e à Índia. Isso também não vai se repetir com facilidade. Em muitas partes do mundo, porém, essa relação entre rápido crescimento populacional e rápida acumulação do capital está se rompendo, porque o crescimento populacional vem seguindo uma curva em “S”, começando estável, acelerando-se exponencialmente e caindo lentamente até se estabilizar, o que indica um crescimento nulo ou negativo (por exemplo, na Itália e no Leste Europeu). É esse vácuo demográfico de crescimento zero em alguns países que atrai fortes fluxos de imigração (não sem perturbações sociais, resistências políticas e uma série de conflitos culturais).

Embora as projeções populacionais – mesmo de médio prazo – sejam particularmente arditosas (e mudem rapidamente de ano para ano), espera-se que a população mundial se estabilize durante este século, atinja um máximo de 12 bilhões de pessoas (ou talvez menos, em torno de 10 bilhões) até o fim do século e, a partir de então, mantenha uma taxa estável de crescimento zero. Claramente, essa é uma questão importante para a dinâmica de acumulação do capital. Nos Estados Unidos, por exemplo, a criação de empregos desde 2008 não acompanhou a expansão da força de trabalho. A queda nas taxas de desemprego corresponde a um encolhimento da população em idade produtiva, que tenta participar da força de trabalho. Mas, haja o que houver, está muito claro que no futuro a acumulação de capital terá de se apoiar cada vez menos no crescimento demográfico para se manter ou impulsionar seu crescimento exponencial, e as dinâmicas de produção, consumo e realização do capital terão de se ajustar às novas condições demográficas. É difícil dizer quando isso vai acontecer, mas a maioria das estimativas sugere que será difícil repetir o amplo incremento da força de trabalho assalariada global ocorrido a partir de 1980, uma vez que estará esgotado por volta de 2030. De certo modo, isso não é tão ruim, pois, como vimos, a mudança tecnológica tende a produzir cada vez mais populações redundantes e até descartáveis entre os menos qualificados<sup>8</sup>. A lacuna entre os poucos trabalhadores altamente qualificados e a gigantesca reserva de trabalhadores de baixa e média qualificação desempregados e cada vez mais descartáveis parece estar aumentando, enquanto a definição das qualificações evolui rapidamente.

Desse modo, seria possível que a acumulação de capital abandonasse o crescimento exponencial dos últimos dois séculos e seguisse uma trajetória em “S”, como ocorreu com a demografia de muitos países, culminando numa economia

<sup>8</sup> McKinsey Global Institute, “The World at Work: Jobs, Pay and Skills for 3.5 Billion People”, *Report of the McKinsey Global Institute*, 2012.



estável de crescimento zero? A resposta a essa pergunta é um retumbante “não”, e é importantíssimo entender por quê. A razão mais simples é que capital é busca de lucros. Para todos os capitalistas, realizar lucro positivo é ter mais valor no fim do dia do que tinha no início. Isso significa uma expansão da produção total do trabalho social. Sem essa expansão, o capital não existe. Uma economia capitalista de crescimento zero é uma contradição lógica e excludente, simplesmente impossível. É por isso que crescimento zero define uma condição de crise para o capital. Quando se prolonga, um crescimento zero como o que predominou em grande parte do mundo na década de 1930 é uma sentença de morte para o capitalismo.

Como então o capital pode continuar a se acumular e se expandir perpetuamente a taxas compostas? Como fará, se isso parece implicar a duplicação ou até a triplicação do tamanho das estonteantes mudanças físicas que vêm acontecendo no mundo nos últimos quarenta anos? A industrialização e a urbanização excepcionais da China nos últimos anos são uma antecipação do que teria de ser feito para se manter a acumulação do capital no futuro. Durante grande parte do século passado, muitos países tentaram imitar a trajetória de crescimento dos Estados Unidos. No século por vir, boa parte do mundo terá de imitar a trajetória da China (com todas as suas terríveis consequências para o meio ambiente), o que seria impossível para os Estados Unidos e a Europa, e impensável para quase todos os outros países (exceto, talvez, para a Turquia, o Irã e algumas partes da África). Também vale lembrar que nos últimos quarenta anos houve muitas crises traumáticas, geralmente locais, com efeito cascata no mundo inteiro, do Sudeste Asiático e da Rússia em 1998, passando pela Argentina em 2001, até o grandioso *crash* global de 2008, que abalou as raízes do mundo capitalista.

Mas é aqui que devemos parar para refletir sobre a lição dada pela visão distópica e equivocada de Malthus. Precisamos fazer a seguinte pergunta: como a acumulação do capital pode mudar seu funcionamento para se adaptar ao que parece ser uma situação crítica e assim se reproduzir? Na verdade, há uma série de adaptações já em andamento. É possível evitar as dificuldades e, se sim, é possível evitá-las indefinidamente? Que adaptações comportamentais, como aquelas “restrições morais” de Malthus (embora o termo “moral” seja pouco apropriado), podem remediarem a dinâmica acumulativa do capital e, ao mesmo tempo, preservar sua essência necessária de crescimento exponencial?

Há uma forma do capital que permite a acumulação sem limites: a forma-dinheiro. Isso acontece apenas porque a forma-dinheiro não se prende a nenhuma limitação física, como aquelas impostas pela mercadoria-dinheiro (o dinheiro metálico, como ouro e prata, que originalmente deu representação física à imaterialidade do trabalho social e cuja oferta global é amplamente fixa). O dinheiro fiduciário emitido pelo Estado pode ser criado sem limites. Hoje, a expansão da

oferta monetária se realiza numa mistura de atividade privada e ação estatal (via onexo Estado-finanças constituído por ministérios da Fazenda e bancos centrais). Nos Estados Unidos, quando o Federal Reserve se envolve na flexibilização quantitativa, simplesmente cria tanto dinheiro e liquidez quanto quer. Acrescentar alguns zeros à quantidade de dinheiro em circulação não é problema. O perigo, evidentemente, é que o resultado será uma crise inflacionária. Isso não está acontecendo porque o Federal Reserve tapou grande parte do buraco deixado no sistema bancário quando a confiança entre os bancos privados se perdeu e os empréstimos interbancários (que alavancaram a gigantesca criação de dinheiro no sistema bancário) colapsaram em 2008. A inflação não está no horizonte também por um segundo motivo: a organização sindical tem poder quase nulo (dadas as reservas disponíveis de trabalho descartável) para aumentar os salários e pressionar os preços (embora as lutas de classes na China tenham aumentado marginalmente o custo da mão de obra no país).

No entanto, é quase certo que a acumulação perpétua de capital a taxas exponenciais mediante a criação exponencial de dinheiro acabará em desastre, a não ser que venha acompanhada de outras adaptações. Vamos examinar algumas dessas adaptações, antes de decidir se elas têm relevância para o que poderia ser um futuro sustentável para a reprodução do capital sob certas condições de crescimento exponencial perpétuo.

O capital não consiste apenas em produção e circulação de valor. Ele é também destruição e desvalorização de capital. Certa proporção do capital é destruída no curso normal de sua circulação, à medida que se tornam disponíveis maquinaria e capital fixo novos e mais baratos. Em geral, grandes crises se caracterizam por uma destruição criativa, o que significa desvalorização em massa de mercadorias, equipamentos e instalações produtivas, dinheiro e trabalho. Sempre há desvalorização quando novas instalações substituem antigas antes do fim de sua vida útil, ou itens mais caros são substituídos por outros mais baratos em virtude das mudanças tecnológicas. A rápida desindustrialização dos antigos distritos industriais nas décadas de 1970 e 1980, tanto na América do Norte quanto na Europa, é um exemplo óbvio. Em tempos de crise, guerras ou desastres naturais, a desvalorização pode ser gigantesca. Na década de 1930 e na Segunda Guerra Mundial, as perdas foram consideráveis. Estimativas do FMI sugerem que a perda líquida global em 2008, durante a crise financeira, chegou quase ao valor de um ano inteiro de produção de bens e serviços em todo o mundo. Mas essas perdas, por maiores que tenham sido, causaram apenas uma breve interrupção na trajetória do crescimento exponencial. Em todo caso, assim como o valor das propriedades imobiliárias se recuperou, em especial nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde a crise foi mais forte, outros valores ativos também se recuperaram (embora, como sempre, estejam agora nas



claro, pelo aumento populacional). Os limites econômicos disso são impostos pela demanda efetiva agregada (*grosso modo*, pagamentos e salários mais a renda disponível da burguesia). Nos últimos quarenta anos, essa demanda tem sido fortemente suplementada pela criação de dívida pública e privada. O que me interessa aqui, no entanto, é um importante limite físico determinado pela vida útil dos bens de consumo: quanto tempo eles duram e com que rapidez têm de ser substituídos?

O capital tem sistematicamente encurtado a vida útil dos bens de consumo, produzindo mercadorias que não duram, forçando uma obsolescência programada e às vezes instantânea, criando rapidamente novas linhas de produtos (como tem acontecido ultimamente com os aparelhos eletrônicos), acelerando a rotatividade pela mobilização da moda e da propaganda para enfatizar o valor da novidade e a falta de elegância do velho. O capital fez isso nos últimos duzentos anos ou mais e concomitantemente produziu uma quantidade gigantesca de lixo. Mas essa tendência se acelerou, capturando e infectando os hábitos de consumo de massa nos últimos quarenta anos, em especial nas economias capitalistas avançadas. As mudanças no consumo da classe média em países como China e Índia também são notáveis. O setor de publicidade e vendas é um dos maiores da economia estadunidense, e boa parte de sua atividade se dedica à redução da vida útil dos bens de consumo.

Mas ainda há limites físicos para a duração da vida útil de roupas e telefones celulares, por exemplo. Mais significativo, no entanto, é o movimento da produção e do consumo de espetáculos, uma forma efêmera de mercadoria que é consumida instantaneamente. Em 1967, Guy Debord escreveu um livro premonitório, *A sociedade do espetáculo*, e parece que os representantes do capital leram com muita atenção sua obra e adotaram suas teses como fundamento de suas estratégias de consumo<sup>9</sup>. Tudo está aí: programas de TV e produtos similares, filmes, shows, exposições, eventos esportivos e megaculturais e, é claro, turismo. Essas atividades dominam hoje o campo do consumo. Mais interessante, no entanto, é como o capital faz os consumidores produzirem seu próprio espetáculo via YouTube, Facebook, Twitter e outras redes sociais. Tudo isso pode ser consumido instantaneamente, ao mesmo tempo que absorve uma quantidade imensa do tempo livre das pessoas. Além disso, os consumidores produzem informação que depois é apropriada pelos donos da mídia para finalidades próprias. O público é simultaneamente constituído como produtor e consumidor, ou o que Alvin Toffler chamou de “prossumidor”<sup>10</sup>. Há um corolário importante aqui, e este leva a um tema que encontramos em outros âmbitos: o capital lucra não porque investe em produção

<sup>9</sup> Guy Debord, *A sociedade do espetáculo* (trad. Estrela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997).

<sup>10</sup> Alvin Toffler, *A terceira onda* (trad. João Távora, 29. ed., Rio de Janeiro, Record, 2007).

mãos dos ricos, contribuindo para uma redistribuição regressiva maciça de riquezas que, na ausência de intervenções revolucionárias, sempre ocorre nos períodos de crise). A desvalorização teria de ser muito maior e mais duradoura do que foi em 2008 (mais próxima, talvez, das de 1930 e 1940) para realmente fazer alguma diferença.

O problema do desenvolvimento desigual da desvalorização e das lutas geopolíticas em torno de quem deve arcar com o custo da desvalorização é importante, em parte porque está relacionado com frequência à propagação da inquietação social e da instabilidade política. Assim, embora a desvalorização não funcione muito bem como antídoto para o crescimento exponencial global, suas concentrações geográficas têm uma influência significativa sobre a dinâmica do sentimento e da luta anticapitalistas. As duas “décadas perdidas” do desenvolvimento em quase toda a América Latina geraram um clima político de oposição ao neoliberalismo (mas não necessariamente ao capital) que serviu para proteger a região contra os piores impactos da crise de desvalorização de 2008. A imposição diferenciada de perdas, por exemplo, na Grécia e no sul da Europa equivale a uma versão geográfica da redistribuição de riqueza que ocorre entre ricos e pobres.

Reciprocamente, a privatização dos ativos públicos, a criação de novos mercados e novos cercamentos de bens comuns (de terra e água a direitos de propriedade intelectual) expandiram o terreno em que o capital atua livremente. A privatização do fornecimento de água, habitação social, educação, saúde e até atividades bélicas, a criação de um comércio de emissões de carbono e o patenteamento de material genético deram ao capital o poder de entrar em áreas da vida econômica, social e política que, até então, estavam fechadas. Essas oportunidades adicionais de mercado são importantes para manter o crescimento exponencial, mas, assim como acontece com a desvalorização, não acredito que tenham potencial para absorver o crescimento exponencial, particularmente no futuro (creio, no entanto, que tiveram um papel importante nas décadas de 1980 e 1990). Além disso, quando tudo – absolutamente tudo – é mercantilizável e monetizado, há um limite além do qual esse processo de expansão não consegue prosseguir. É difícil precisar se chegamos a esse limite, mas quase quatro décadas de estratégias neoliberais de privatização já fizeram muito, e em muitas partes do mundo não sobrou muita coisa para privatizar e cercar. Além disso, há muitos sinais de resistência política à imposição de novos cercamentos e mercantilizações das formas de vida além do que vemos agora, e algumas dessas lutas – por exemplo, contra a privatização da água na Itália e contra a patente de material genético – têm sido bem-sucedidas.

Consideremos, em terceiro lugar, os limites que podem ser encontrados em relação ao consumo final e à realização do capital. Uma das formas que o capital encontrou para manter o crescimento exponencial foram as transformações radicais na natureza, na forma, no estilo e no volume do consumo final (ajudado, é



ditos principais, e não as coisas. Embora em parte isso seja verdade, seria um erro imaginar qualquer ruptura radical com o passado e um erro duplo presumir que as novas formas escapam às contradições do crescimento exponencial. O espetáculo, por exemplo, sempre foi um veículo importante de acumulação de capital; afinal de contas, quando houve uma forma de capital em que o conhecimento e a informação não foram uma fonte de lucros excessivos? Além disso, quando a dívida e as finanças foram irrelevantes e por que essa fase de financeirização é tão diferente da que ocorreu, digamos, no fim do século XIX? Embora seja verdade que o consumo de espetáculo, imagem, informação e conhecimento seja qualitativamente diferente do consumo de mercadorias materiais (como casas, carros, pão e roupas da moda), é um erro não reconhecer que a rápida expansão da atividade nessas esferas está enraizada na necessidade fútil (e explícito mais adiante por que uso essa palavra) de escapar dos limites materiais do crescimento exponencial. Todas essas formas alternativas pertencem à luta do capital para resolver a necessidade de crescimento exponencial permanente.

Não me parece fortuito que os limites estabelecidos para a criação do dinheiro, atrelando-o a mercadorias-dinheiro como ouro e prata, tenham sido rompidos no início da década de 1970. A pressão da expansão exponencial sobre a oferta global fixa de metal foi simplesmente invencível naquele momento do desenvolvimento histórico do capital. Desde então, vivemos em um mundo em que prevalece a ausência potencial de limites da criação de dinheiro. Antes da década de 1970, a principal via de investimento do capital era a produção de valor e mais-valor nos setores da manufatura, mineração, agricultura e urbanização. Embora grande parte dessa atividade fosse financiada por endividamento, o pressuposto geral, que não estava equivocado, era de que a dívida acabaria sendo recuperada com a aplicação do trabalho social na produção de mercadorias como casas, carros, refrigeradores e similares. Mesmo no caso do financiamento de infraestruturas de longo prazo (como estradas, obras públicas, urbanização), havia uma presunção razoável de que a dívida seria paga com a produtividade crescente do trabalho social envolvido na produção. Também se poderia assumir que tudo isso geraria uma renda *per capita* crescente. O sistema rodoviário interestadual dos Estados Unidos, construído nas três décadas depois de 1960, teve um grande impacto sobre a produtividade agregada do trabalho e rendeu muitos frutos. Segundo Robert Gordon, essa foi a onda de inovação mais forte da história do capital<sup>13</sup>.

Sempre existiram ciclos significativos daquilo que podemos chamar de “capital fictício” – investimento em hipotecas, dívida pública, infraestrutura urbana

nesses campos, mas porque se apropriada da renda e dos *royalties* gerados pelo uso da informação, do *software* e das redes que ele constrói. Essa é apenas uma das diversas indicações contemporâneas de que o futuro do capital está mais nas mãos dos rentistas e da classe rentista do que na dos capitalistas industriais.

Essas transformações no campo do consumo são o que Hardt e Negri parecem buscar quando propõem uma mudança grandiosa do campo do trabalho material para o campo do trabalho imaterial nas operações do capital<sup>11</sup>. Eles argumentam que a relação entre o capital e os consumidores não é mais mediada pelas coisas, mas pelas informações, imagens e mensagens, pela proliferação e comercialização de formas simbólicas que têm relação com a subjetividade política das populações e agem sobre elas. Isso resulta numa tentativa do capital e do Estado de se envolver na manipulação biológica das populações e na produção de novos sujeitos políticos. É claro que o tipo de gente que somos sempre foi moldado pelo mundo de mercadorias que habitamos. Os moradores dos subúrbios residenciais são um grupo especial de pessoas cuja subjetividade política é moldada por suas experiências diárias de vida, da mesma maneira que o líder comunista italiano Antonio Gramsci, preso durante anos, defendia que o que chamava de americanismo e fordismo produzia um novo tipo de sujeito humano por meio do trabalho fabril<sup>12</sup>. Não há dúvida de que a produção contemporânea de “novos” sujeitos políticos por meio de tudo, da propaganda subliminar à propaganda direta, gera um vasto campo de investimento capitalista. Denominá-lo “trabalho imaterial” é um pouco infeliz, dada a enorme quantidade de trabalho material (e a importância crucial da infraestrutura material) que sustenta esse tipo de atividade, mesmo quando se realiza no ciberespaço e produz efeito primeiro na mente e na crença das pessoas. A produção de espetáculos implica uma imensa quantidade de trabalho social material (como as cerimônias de abertura dos Jogos Olímpicos, que com passar dos anos se agigantaram de forma bastante consistente com os argumentos que apresentamos aqui).

Essas ideias que circulam hoje sobre uma revolução interna na forma predominante da acumulação do capital são muito semelhantes aos comentários contemporâneos sobre o advento de uma “sociedade da informação” e o desenvolvimento de um capitalismo “baseado no conhecimento”. Muitos críticos parecem ter uma necessidade urgente de mostrar que o capital mudou de rumo nos últimos tempos. Talvez seja reconfortante explicar os conflitos recentes do capital como se estivéssemos lidando com as dores de parto de uma ordem capitalista totalmente nova, na qual o conhecimento e a cultura (e a biopolítica, seja lá o que ela for) sejam os pro-

11 Michael Hardt e Antonio Negri, *Commonwealth* (Cambridge, Harvard University Press, 2009).

12 Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2001), 2. v.

13 Robert Gordon, “Is U.S. Economic Growth Over? Faltering Innovation Confronts the Six Headwinds”, cit.



e nacional etc. De tempos em tempos, perde-se o controle sobre esses fluxos de capital fictício, formam-se bolhas especulativas que explodem e geram sérias crises financeiras e comerciais. As famosas altas e baixas econômicas ligadas às ferrovias no século XIX, assim como o *boom* no mercado imobiliário na década de 1920 nos Estados Unidos, foram exemplos no passado. Ao promover essas atividades especulativas, os financistas criaram frequentemente maneiras tortas e inovadoras (e muitas vezes suspeitas) de juntar e canalizar capitais fictícios para realizar ganhos de curto prazo (os fundos de *hedge*, por exemplo, existem há muito tempo), mesmo quando os investimentos a longo prazo iam mal. Surgiram todos os tipos de esquemas financeiros malucos, o que levou Marx a falar do sistema de crédito como “a matriz de todas as formas absurdas de capital” e dizer que Émile Pereire, proeminente banqueiro do Segundo Império francês, tinha o “agradável caráter híbrido de vigaristas e profetas”<sup>14</sup>. Essa não é uma descrição ruim dos mestres do universo de Wall Street, de homens como Lloyd Blankfein, diretor-executivo da Goldman Sachs, que, ao ser criticado por um comitê do Congresso por não cuidar adequadamente dos negócios do povo, disse que eles estavam apenas fazendo o trabalho de Deus.

O fim da criação de dinheiro atrelado à mercadoria-dinheiro no início da década de 1970 ocorreu num momento em que as perspectivas de lucro em atividades produtivas eram particularmente baixas, um momento em que o capital começou a experimentar o impacto de um ponto de inflexão na trajetória do crescimento exponencial. Para onde iria o dinheiro excedente? Parte da resposta está no empréstimo como dívida pública aos países em desenvolvimento – uma forma muito particular de circulação de capital fictício –, porque, como afirmou Walter Wriston de forma memorável, “países não desaparecem, nós sempre sabemos onde encontrá-los”. Mas Estados não são criados para ser empresas produtivas. O resultado foi que, alguns anos depois, estourou a crise da dívida no Terceiro Mundo, que se prolongou de 1982 até o início dos anos 1990. É importante notar que essa crise foi resolvida com troca das obrigações de dívida reais – que jamais seriam pagas – por obrigações do chamado “Plano Brady”, recomendadas pelo FMI e pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que depois seriam reembolsadas. As instituições de crédito, com poucas exceções, decidiram que era melhor receber o que podiam, em vez de esperar para recuperar a dívida total em suaves prestações. Os portadores de títulos, nesse caso, aceitaram fazer um bom desconto, em geral entre 30% e 50%, sobre o capital fictício posto em circulação<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Karl Marx, *O capital*, Livro III, cit.

<sup>15</sup> Faço um resumo dessa questão em David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (Oxford, Oxford University Press, 2005).

Outro caminho era investir o capital excedente não na produção, mas na compra de ativos (inclusive títulos de dívida). Um ativo é simplesmente um título de propriedade capitalizado, e seu valor é estabelecido por antecipação de certa corrente futura de rendimentos ou por algum estado futuro de escassez (por exemplo, de ouro ou de quadros de Picasso). O resultado dos fluxos de investimento nessas áreas foi um aumento geral no valor dos ativos – de terras a imóveis, de recursos naturais (petróleo em particular, é claro) à dívida urbana e ao mercado de artes. Paralelamente, surgiram mercados de ativos totalmente novos dentro do sistema financeiro – câmbio futuro, *swaps*, CDOs e uma série de instrumentos financeiros que deveriam dispersar o risco, mas que na verdade o aumentaram a tal ponto que fez a volatilidade das negociações de curto prazo se tornar um campo para ganhos especulativos engenhosos. Assim, o capital fictício se alimentou e gerou ainda mais capital fictício, sem se preocupar com a base de valor social da transação. Essa desconexão pôde florescer justamente porque a representação do valor (dinheiro) se distanciava cada vez mais do valor do trabalho social que deveria representar. O problema não foi a circulação do capital fictício – que sempre foi importante para a história da acumulação do capital –, mas o fato de que os novos canais pelos quais passava o capital fictício eram um labirinto de demandas compensatórias quase impossíveis de valorar, exceto por uma mistura de expectativas futuras, crenças e apostas de curto prazo completamente malucas nos mercados não regulamentados, sem nenhuma perspectiva de pagamento a longo prazo (a famosa história da Enron, que se repetiu na quebra do Lehman e do sistema financeiro global em 2008).

Grande parte do crescimento exponencial que ocorreu até a crise financeira de 2008 se deveu a ganhos especulativos oriundos das sucessivas bolhas de ativos (a alta e a queda das empresas ponto-com na década de 1990, a alta e a queda do mercado imobiliário nos anos 2000 nos Estados Unidos). No entanto, essa onda especulativa escondia algumas transações reais muito importantes para o comportamento dos investimentos desde a década de 1970. Alguns ativos que estavam sendo comprados (terras, imóveis, recursos naturais) eram seguros, lastreados e podiam ser conservados para a obtenção de ganhos a longo prazo. Isso tornou as altas e as quedas particularmente úteis para os investidores de longo prazo, que podiam comprar ativos a um preço muito baixo na esteira de uma crise com a perspectiva de obter bastante lucro no longo prazo. Foi o que fizeram muitos bancos e investidores internacionais na crise de 1997-1998 no Sudeste Asiático, e é o que fazem agora os investidores, comprando barato imóveis executados na Califórnia, por exemplo, para alugá-los enquanto o mercado imobiliário não volta ao normal. É isso que fazem os fundos de *hedge*, embora sob condições muito diferentes, quando vendem a descoberto nos mercados de capital fictício.



Mas isso significa que cada vez mais capital é investido em busca de renda, lucros e *royalties*, e menos na atividade produtiva. Essa tendência a uma forma rentista de capital é reforçada pelo imenso poder de extração de renda a partir de direitos de propriedade intelectual sobre material genético, sementes, atividades que exigem licença etc. Não surpreende que o governo dos Estados Unidos tenha lutado tanto, por intermédio de instituições internacionais, para proteger e impor à força um regime de direitos de propriedade intelectual (com os chamados acordos Trips\*, no âmbito da Organização Mundial do Comércio).

Mas isso é mesmo capaz de absorver o crescimento exponencial? Teorias baseadas numa mudança completa para a produção imaterial vendem a perigosa ilusão de que o crescimento exponencial infinito é possível, sem que isso acarrete dificuldades materiais mais sérias. Hoje, quantidades cada vez maiores de capital circulam em forma fictícia, e a criação de dinheiro eletrônico é, em princípio, ilimitada (são apenas números numa tela). Portanto, não há barreiras para o crescimento ilimitado. A economia do espetáculo e da produção de conhecimento como forma de realização do capital reduz nitidamente a taxa de expansão da demanda por recursos e bens materiais. Mas a infraestrutura física exigida e a necessidade de gerar mais e mais energia em forma utilizável inviabilizam a ideia de que a produção pode se tornar imaterial. Se o consumo é limitado a essa forma imaterial, então o poder do dinheiro não pode ser transferido para as populações de baixa renda, que precisam de bens materiais básicos para viver. Ele tem de se concentrar numa fração relativamente pequena da população que seja capaz de consumir nessa forma fictícia. Provavelmente, a única forma política que o capital poderia assumir seria uma oligarquia repressiva. É aí que os mercados emergentes, como os que surgiram na esteira da crise financeira de 2008, levam vantagem: nos países de renda média, os mercados que se formam em consequência do crescimento da produção e da renda concentram-se muito mais nas carências e necessidades tangíveis de uma população em expansão. Como afirmou André Gorz há muito tempo, a tendência à produção imaterial e ao espetáculo parece muito mais o último suspiro do capital do que a abertura de um novo horizonte para a acumulação infinita.

Como ficamos, então, diante da necessidade de crescimento econômico exponencial infinito, sem o apoio de uma base material? Como vimos, há vários ajustes em andamento, porém, quanto mais detalhadamente eles são analisados, mais parecem sintomas de um problema subjacente, e não sinais ou caminhos para soluções de longo prazo. É claro que o capital pode construir uma economia (e, até certo ponto, já fez isso) a partir de um mundo fetichista de fantasia e imaginação assen-

\* Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights, ou Acordos sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. (N. E.)

tado em ficções piramidais que não duram. Um cenário possível é um esquema de Ponzi que ofusque todos os outros. Ironicamente, as inovações disponíveis hoje são mais facilmente empregadas para aumentar a atividade especulativa, e não para diminuí-la, como ilustra o caso das nanotransações na bolsa de valores. Esse tipo de economia, antes de qualquer desenlace, estará sujeito a crises periódicas e erupções vulcânicas. Nesse cenário, o capital não acabará com um estrondo ou uma lamúria, mas ao som de incontáveis bolhas de ativos estourando na paisagem geográfica desigual de uma acumulação de capital apática. É quase certo que tais rompimentos se misturem às revoltas provocadas pelo descontentamento popular, e que de modo geral borbulham sob a superfície da sociedade capitalista. Erupções vulcânicas pontuais, geradas pela fúria popular (como vimos em Londres em 2011, Estocolmo em 2013, Istambul em 2013, em dezenas de cidades brasileiras em 2013 etc.) já estão bastante em evidência. O descontentamento, deve-se notar, não visa unicamente a incapacidade técnica do capital de cumprir a promessa de um paraíso de emprego e consumo para todos, mas contesta cada vez mais as consequências degradantes para todos que têm de se submeter a regras e códigos sociais desumanos ditados pelo capital e por um Estado capitalista cada vez mais autocrático.

Existe, no entanto, um lado particularmente obscuro nessa análise, referente ao efeito contagioso que o crescimento exponencial provavelmente terá em muitas ou talvez em todas as contradições aqui identificadas. O impacto sobre as contradições ambientais provavelmente será imenso, como veremos em breve. A capacidade do capital de reequilibrar as relações entre produção e realização, bem como entre pobreza e riqueza, será menos ágil, e a lacuna entre o dinheiro e o trabalho social que ele supostamente representa aumentará à medida que mais capital fictício tiver de ser criado, com riscos cada vez maiores, para sustentar o crescimento exponencial. Da mesma forma, será extremamente difícil, ou talvez até impossível, reverter a mercantilização, a monetização e a comercialização de todos os valores de uso sem limitar consideravelmente o campo de acumulação do capital. Será mais difícil conter o temerário impulso à aceleração e as consequências desvalorizações, em razão da crescente volatilidade dos desenvolvimentos geográficos desiguais. E por aí vai! As contradições, longe de conter os excessos umas das outras, como aconteceu algumas vezes no passado, serão muito mais propensas a explodir e contagiar umas às outras sob a pressão crescente de um crescimento exponencial necessário. Os valores de uso estarão fadados a ser uma consideração cada vez mais trivial num cenário de explosão de considerações sobre o valor de troca provocada pelas febres especulativas. Disso devem resultar alguns resultados bastante surpreendentes.

Existe, por exemplo, uma tendência de ameaça que poderia ser uma nota de rodapé na minha argumentação, mas tem uma curiosa ressonância com os temores



dos economistas políticos do passado em relação ao futuro do capital. O capital vai acabar, diz Ricardo, quando a terra e os recursos naturais se tornarem tão escassos que toda a renda será absorvida pelo salário necessário para cobrir o elevado preço dos alimentos ou, então (o que dá no mesmo), como rendimento de uma classe rentista poderosíssima, mas improdutiva. Essa classe improdutiva espremerá tanto o capital industrial que impossibilitará suas operações produtivas. Uma classe parasitária de rentistas sugará o capital industrial até secá-lo, a tal ponto que não será mais possível mobilizar o trabalho social nem produzir valor. Sem a produção de valor social, o capital acabará. Para fazer essa previsão, Ricardo se apoiou nas suposições equivocadas de Malthus sobre os ganhos decrescentes do trabalho na terra. Por isso, os economistas que vieram depois dele desconsideravam em geral a ideia de uma taxa decrescente de lucro (embora Marx tenha tentado mantê-la viva, recorrendo a um mecanismo diferente). Keynes, por exemplo, que viveu em circunstâncias muito diferentes, guardava com otimismo a eutanásia do rentista e a construção de um regime de crescimento perpétuo apoiado pelo Estado (cujas possibilidades foram parcialmente realizadas no período posterior a 1945).

Hoje o que impressiona é o poder crescente dos rentistas improdutivos e parasitários, não apenas os proprietários das terras e de todos os seus recursos, mas os donos dos ativos, os todo-poderosos portadores de títulos, os donos do poder monetário independente (que se tornou um meio de produção fundamental em si mesmo) e os donos de parentes e direitos de propriedade, que não passam de uma reivindicação do trabalho social livre de qualquer obrigação de mobilizá-lo para um uso produtivo. As formas parasitárias do capital estão em ascensão. Seus representantes andam pelas ruas em limusines e povoam restaurantes e coberturas sofisticadas em todas as grandes cidades do mundo – Frankfurt, Londres, Nova York, São Paulo, Sydney, Tóquio... Essas são as chamadas cidades criativas, onde a criatividade é medida pelo êxito com que os “mestres do universo” sugam a vida da economia global para sustentar uma classe cujo único objetivo é multiplicar sua riqueza e seu poder, já gigantesco. Nova York tem uma grande concentração de talento criativo: contadores e advogados tributários criativos, financistas criativos armados com instrumentos financeiros novinhos em folha, manipuladores de informações criativos, vendedores de milagres e vigaristas criativos, assessores de imprensa criativos, e todos transformam a cidade num maravilhoso lugar para se estudar cada um dos fetiches que o capital é capaz de conceber. O fato de que a única classe no mundo que se beneficiou da (fraca) recuperação econômica depois de 2009 seja formada pelo 1% mais rico da população, e não haja nenhum protesto visível da parte da população que ficou para trás na depressão econômica, é um atestado do sucesso do projeto. Os parasitas venceram a batalha. Os portadores de títulos e os banqueiros centrais dominaram o mundo. Há poucas dúvidas de que

esse sucesso só pode ser ilusório e de que eles provavelmente não ganharão a guerra pela sobrevivência do capital. Depois de “lavar a consciência” com seus colegas filantropos, na tentativa de corrigir, como diz Peter Buffett, com a mão direita os danos que foram causados com a esquerda, os oligarcas podem dormir tranquilos. A incapacidade desses homens de ver como estão perto do abismo lembra Luis XV da França dizendo profeticamente: “*Après moi, le déluge*” [“Depois de mim, o dilúvio”]. O capital pode não acabar num dilúvio. O Banco Mundial adora nos garantir que uma maré de desenvolvimento está prestes a salvar todos os barcos. Talvez seja mais verdadeira a metáfora de que o nível exponencialmente maior do mar e as tempestades cada vez mais intensas estejam prestes a afundar todos os barcos.